

Dauster convoca credores para início de negociação em Brasília

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O Brasil inicia uma nova rodada de entendimento com os bancos credores externos a partir do dia 20 deste mês, na busca de um acordo de renegociação que implique efetivo e substancial abatimento no estoque da dívida externa. A iniciativa do governo brasileiro será desta vez deflagrada em processo de consultas individual aos 30 principais bancos internacionais, selecionados por ordem de valor de créditos que tem junto ao País.

A lista dos 30 maiores credores privados internacionais que serão chamados para consultas em Brasília, através de telex expedidos a partir de hoje pelo negociador oficial brasileiro, embaixador Jorio Dauster, representa US\$ 33,564 bilhões do estoque da dívida externa do País, com peso de 50% nos compromissos de médio e longo prazos assumidos com os bancos e participação de 33,81% no total da dívida externa registrada, de US\$ 99,285 bilhões na posição de dezembro passado.

"Vamos convidar os bancos comerciais a virem a Brasília, individualmente, para consultas de caráter técnico que ajudem a montar um cardápio de opções no sentido da redução da dívida externa", atestou ontem o embaixador Jorio Dauster, ao anunciar a decisão do governo. O processo de entendimento com os bancos, nesta primeira fase de consultas, vai-se estender até o dia 14 de setembro e não há por enquanto uma ordem definida para as datas das consultas.

A idéia é marcar as audiências em função da resposta dos bancos ao convite que terá um formato único para todos.

A MISSÃO DO FMI

Dauster esteve ontem pela manhã oficialmente com o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e chefe da divisão do Atlântico Sul daquele organismo, Thomas Reichmann, que veio negociar as bases de um futuro acordo de ajuste do tipo "stand by", e antecipou o que nos próximos dias o governo estará definindo "nossas principais idéias sobre a dívida com as agências oficiais do Clube de Paris".

Assim, o País deslancha em todas as frentes o processo do acordo externo que inclui também os organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ao FMI e aos organismos multilaterais o Brasil vai pedir o desembolso de novos empréstimos de modo a reverter de negativa para positiva a relação entre desembolso e pagamentos. "Com os bancos comerciais, não há a menor possibilidade de voltarem a ser fonte de recurso adicional para cobrir o serviço da dívida", ressaltou o embaixador.

Dependendo do pacote que vier a ser montado e considerando o nível atingido de abatimento no esto-

PRINCIPAIS BANCOS CREDITORES Empréstimos e Financiamentos Posição: 31.12.89			
		Em US\$ milhões	
Nº Ordem	Credor	Valor	%
01	Citicorp	3.445,0	3,47
02	Chase Manhattan Corp.	2.320,0	2,34
03	Bankamerica Corp.	1.898,1	1,91
04	Lloyds Bank Group	1.544,7	1,56
05	Midland Bank Group	1.503,2	1,52
06	Morgan Guaranty	1.496,7	1,51
07	Credit Lyonnais	1.414,4	1,42
08	Manufacturers Hanover	1.404,7	1,41
09	Banque Nationale de Paris	1.300,0	1,31
10	Bank of Tokyo	1.249,4	1,26
11	Dresdner Bank	1.139,1	1,15
12	Banque Française du Commerce Extérieur	1.119,4	1,13
13	Chemical New York Corp.	1.066,2	1,07
14	Royal Bank of Canada	913,8	0,92
15	Banque Paribas	897,1	0,90
16	Libra Bank Ltd.	886,9	0,89
17	Mitsubishi Bank	879,6	0,89
18	Sumitomo Bank Ltd.	849,1	0,86
19	Societe Generale S.A.	780,8	0,79
20	Bank of Montreal	753,1	0,76
21	Bankers Trust	751,9	0,76
22	Union Bank of Switzerland	742,8	0,75
23	Canadian Imperial Bank of Commerce	709,3	0,71
24	Bank of Nova Scotia	709,1	0,71
25	Fuji Bank Ltd.	670,0	0,67
26	Industrial Bank of Japan	655,5	0,66
27	Long Term Credit Bank of Japan	641,1	0,65
28	Deutsche Bank	634,9	0,64
29	National Westminster Bank	606,1	0,61
30	Sanwa Bank	577,6	0,58
Totais		33.564,6	33,81%

Fonte: BACEN/FIRCE

(*) % em relação à dívida global

que da dívida — alguns exercícios foram feitos pelo governo e um dos cenários montados para uma economia brasileira em crescimento prevê a redução de 40% no estoque da dívida externa — o Brasil estaria disposto até a admitir esquemas de "dinheiro novo" o processo de negociação com os bancos credores.

"DINHEIRO NOVO"

A figura do "dinheiro novo" aparece tradicionalmente em quase todos os acordos firmados no passado com países endividados e representa o montante de juros em atraso que o devedor se dispõe a acertar com os bancos, através de refinanciamento. O valor dos atrasados se agrega ao principal da dívida, mas há custos adicionais sobre a parcela refinanciada.

"O 'dinheiro novo' pode ser um ingrediente no cardápio da redução da dívida, assim como a troca da dívida por lançamento de bônus com o valor do principal reduzido ou com principal mantido e juros fixos mais baixos, como outras operações que envolvem em abatimento da dívida,

como a conversão dentro do programa de privatização e até a conversão para novos investimentos, desde que limitada à programação monetária do País", resumiu Dauster.

Na verdade, a partir do dia 20 deste mês, quando os bancos credores mandarem a Brasília seus principais especialistas em dívida brasileira, é que haverá condições de montar um sistema formal de negociação. O embaixador Dauster voltou a dizer ontem que não repudia a função que o comitê assessor de bancos credores tem como órgão que ajuda a amarrar o pacote negociado — fazendo ressalvas novamente à composição do próprio comitê — e, particularmente, não consegue esconder sua simpatia pelo arranjo feito no caso da Venezuela, onde quatro subcomitês de bancos foram criados, cada um tratando especificamente de um instrumento de abatimento de dívida.

PONTOS DE DISCUSSÃO

As conversas que o País inicia dentro de duas semanas com os credores privados ficarão concentradas em três pontos básicos:

• O Brasil quer saber que tipo de instrumento financeiro o banco teria interesse de aplicar no caso brasileiro, dentro da proposta de cortar boa parte da dívida.

• O governo também quer conhecer quais foram as opções que aqueles bancos credores privados exerceram nos processos de renegociação do México e da Venezuela e que condições de caráter tributário e contábil existentes nas regras de seus próprios países facilitam ou dificultam a adesão a uma proposta de abatimento da dívida.

• O Brasil também tem interesse em discutir com os bancos credores uma forma "mais eficiente" para a condução da negociação propriamente dita da dívida junto aos bancos no futuro. Aqui enquadra-se justamente a discussão em torno de uma mudança no perfil do comitê assessor da dívida externa, formado hoje por 16 bancos credores privados, tendo o Citibank (o maior credor privado) como principal coordenador.

O Brasil alimenta a expectativa de que possa exercer influência junto aos governos dos países credores no sentido de que sejam modificadas regras contábeis e normas jurídicas se isso for necessário para facilitar o processo de redução do estoque da dívida. É, portanto, uma negociação difícil, e o próprio embaixador reconhece isso: "A situação que os bancos atravessam nos Estados Unidos é séria, embora nada tenha a ver com a dívida do Terceiro Mundo".